

Ferrovias Centro Atlântica S.A

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2018**

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR .. 3

Demonstrações financeiras intermediárias	5
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11
1 - Contexto operacional	11
2 - Base de preparação e principais políticas contábeis	12
3 - Caixa e equivalentes de caixa	17
4 - Contas a receber	18
5 - Partes relacionadas	18
6 - Estoques	22
7 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar	22
8 - Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos	23
9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais	24
10 - Imobilizado	27
11 - Intangível	28
12 - Fornecedores e contas a pagar	28
13 - Tributos a recolher	29
14 - Obrigações sociais e trabalhistas	29
15 - Arrendamentos e concessão	29
16 - Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos	31
17 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	32
18 - Patrimônio líquido	32
19 - Receita líquida de serviços prestados	33
20 - Custo dos serviços prestados	33
21 - Receitas (despesas) operacionais	34
22 - Resultado financeiro	35
23 - Imposto de renda e contribuição social	35
24 - Informação por segmento de negócios	37
25 - Benefícios a empregados	38
26 - Instrumentos Financeiros	40
27 - Compromissos	45
28 - Outras informações	46
29 - Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias e do Relatório dos Auditores Independentes	46



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

À Administração e Acionistas da

Ferrovias Centro Atlântica S.A.

Belo Horizonte - Minas Gerais

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferrovias Centro Atlântica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº27, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos "antieconômicos" que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras intermediárias ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Transações relevantes com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº5 às demonstrações financeiras intermediárias. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/C-0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balço patrimonial

Em milhares de Reais

	Notas	31/03/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.964	73.047
Contas a receber	4	210.972	202.975
Outros ativos financeiros	26	-	483
Estoques	6	87.658	77.653
Tributos a recuperar	7	38.345	38.441
Tributos antecipados sobre o lucro	7	11.271	11.271
Despesas pagas antecipadamente	8	44.464	20.725
Demais ativos	8	52.160	47.002
		485.834	471.597
Não circulante			
Contas a receber	4	274.601	268.733
Despesas pagas antecipadamente	8	13.534	13.991
Depósitos judiciais	9	242.395	239.648
Tributos a recuperar	7	39.360	36.339
Tributos diferidos sobre lucro	23(a)	248.421	215.964
Contas a receber da RFFSA (União)	9(a)	90.897	89.860
Sinistros a recuperar	8	32.286	32.286
Demais ativos	8	9.291	9.390
Imobilizado	10	1.045.040	675.952
Intangível	11	2.900.407	3.256.817
		4.896.232	4.838.980
Total do ativo		5.382.066	5.310.577
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	170.185	186.624
Contas a pagar	12	287.171	339.855
Tributos a recolher	13	15.416	17.243
Obrigações sociais e trabalhistas	14	67.766	91.384
Arrendamentos e concessão	15	37.997	37.880
Antecipações de clientes	16	46.033	46.947
Receitas diferidas	16	156.656	1.567
Demais passivos	16	18.496	14.718
		799.720	736.218
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	9	58.678	55.536
Benefícios a empregados	25	3.601	3.591
Tributos diferidos sobre lucro	23(a)	22.189	22.752
Receitas diferidas	16	23.236	23.628
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	17	149.978	79.978
		257.682	185.485
Patrimônio líquido			
Capital social	18	4.558.859	4.558.859
Prejuízos acumulados		(234.195)	(169.985)
		4.324.664	4.388.874
Total do passivo e patrimônio líquido		5.382.066	5.310.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de serviços prestados	19	456.290	429.685
Custo dos serviços prestados	20	(507.371)	(453.197)
(Prejuízo) bruto		(51.081)	(23.512)
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	21(a)	-	(16)
Gerais e administrativas	21(b)	(20.213)	(16.737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(c)	(22.689)	12.166
		(42.902)	(4.587)
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(93.983)	(28.099)
Resultado financeiro	22	(3.247)	(1.487)
Despesas financeiras		(9.457)	(7.904)
Receitas financeiras		693	676
Receitas com variação monetária e cambial		5.517	5.741
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(97.230)	(29.586)
Imposto de Renda e Contribuição Social	23 (a)	33.020	8.568
Tributos diferidos		33.020	8.568
(Prejuízo) do período		(64.210)	(21.018)
(Prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil de ações em 2018 e por lote de milhões de ações em 2017)	18	(0,58)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de Reais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
(Prejuízo) do período	<u>(64.210)</u>	<u>(21.018)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(64.210)</u>	<u>(21.018)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 01 de janeiro de 2017	<u>4.558.859</u>	<u>(149.917)</u>	<u>4.408.942</u>
Resultado abrangente do período			
Prejuízo do período	-	(21.018)	(21.018)
Total do resultado abrangente	-	(21.018)	(21.018)
Em 31 de março de 2017	<u>4.558.859</u>	<u>(170.935)</u>	<u>4.387.924</u>
Em 01 de janeiro de 2018	<u>4.558.859</u>	<u>(169.985)</u>	<u>4.388.874</u>
Resultado abrangente do período			
Prejuízo do período	-	(64.210)	(64.210)
Total do resultado abrangente	-	(64.210)	(64.210)
Em 31 de março de 2018	<u>4.558.859</u>	<u>(234.195)</u>	<u>4.324.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
(Prejuízo) do período	(64.210)	(21.018)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	103.126	83.466
Provisões para perdas e processos judiciais	3.371	(5.374)
Operações de Hedge	455	-
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(5.517)	(5.741)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	456	456
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(683)	(405)
Baixa de ativos	74	3.477
Receitas diferidas	(392)	(392)
Ajuste a valor presente	6.184	-
Despesas com benefícios a empregados	10	402
Tributos diferidos sobre lucro	(33.020)	(8.568)
Despesas financeiras - Leasing	-	1.664
	9.854	47.967
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(14.094)	(161.507)
Outros ativos financeiros	28	-
Estoques	(10.005)	(1.194)
Tributos a recuperar	(2.892)	17.571
Contas a receber da RFFSA (União)	-	(294)
Despesas pagas antecipadamente	(23.738)	(18.524)
Depósitos judiciais	1.296	7.727
Sinistros a recuperar	-	12.000
Demais ativos	(4.981)	(3.718)
Fornecedores	(20.131)	(240)
Contas a pagar	(52.684)	12.682
Tributos a recolher	(1.827)	(4.929)
Obrigações sociais e trabalhistas	(23.618)	20.653
Benefícios a empregados	-	(37)
Arrendamento e concessões	117	144
Receitas diferidas	155.088	158.601
Antecipações de clientes	(914)	(3.474)
Demais passivos	3.778	(8.433)
Caixa líquido gerado pelas operações	15.277	74.995
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.277	74.995
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	683	595
Compra de ativo imobilizado e intangível	(118.043)	(103.950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(117.360)	(103.355)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	70.000	-
Pagamentos de leasing	-	(11.582)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	70.000	(11.582)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(32.083)	(39.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	73.047	49.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.964	9.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do valor adicionado

Em milhares de Reais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	524.243	504.183
Outras receitas	11.761	33.501
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(229)	487
	<u>535.775</u>	<u>538.171</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(197.899)	(183.744)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(204.342)	(172.458)
Provisão para processos judiciais, liquida de reversões	(3.142)	4.888
Outros	(4.093)	(3.710)
	<u>(409.476)</u>	<u>(355.024)</u>
Valor adicionado bruto	<u>126.299</u>	<u>183.147</u>
Depreciação e amortização	(103.126)	(83.466)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>23.173</u>	<u>99.681</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	6.853	6.706
	<u>6.853</u>	<u>6.706</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>30.026</u>	<u>106.387</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	93.614	92.144
Impostos, taxas e contribuições	(9.321)	27.377
Remuneração de capitais de terceiros	9.943	7.884
Remuneração de capital próprio	(64.210)	(21.018)
Valor adicionado distribuído	<u>30.026</u>	<u>106.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 e exercício findo em 31 dezembro de 2017.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Belo Horizonte, Brasil e tem suas ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A..

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. atua na prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, atuando nos estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Centro Leste	Trechos nos estados de: Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal	Agosto de 2026
Malha Paulista	Trecho entre Araguaia/MG e Boa Vista/SP	Dezembro de 2028

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 17/CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A Companhia apresentou lucro em 2017 e está se recuperando dos prejuízos de períodos anteriores, e possui estratégia e projeções de lucro nos próximos anos, como pode ser observado na NE 23 - Imposto de Renda e Contribuição Social, na projeção de realização do prejuízo fiscal. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias, foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1), "Demonstrações Intermediárias", com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, adotada pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

c) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor, exceto pelas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2018, são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 24, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

e) Fluxo de caixa - transações que não afetam o caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

f) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme prática contábil brasileira, aplicável a Companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

g) Mudança de práticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (vide “a”) e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide B) a partir de 1 de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e NCI em 1º de janeiro de 2018.

b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado;

Valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida;
Valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial;
ou
Valor justo através do resultado (VJR.)

A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).a De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e Debêntures.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e;

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Contabilidade de Hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge.

A Companhia utiliza contratos a termo de moeda estrangeira para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de alterações nas taxas de câmbio relacionadas com compra de ativo fixo em moeda estrangeira. A Companhia designa apenas a mudanças no valor justo do elemento spot do contrato a termo de moeda estrangeira como o instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de hedge é acumulada em uma reserva de hedge de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, a alteração no valor justo do elemento de juros de contratos a termo (“forward points”) foi reconhecida diretamente no resultado. No entanto, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os elementos de juros de contratos a termo são contabilizados separadamente como custos de hedge; eles são reconhecidos em ORA e acumulados em uma reserva de custos de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido.

A Companhia finalizou suas operações de hedge em 31/01/2018, não havendo quaisquer saldos a vencer e ou a liquidar em 31/03/2018.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados afetam o resultado como sendo um ajuste de reclassificação. Contudo, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa referentes ao risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de estoques, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custos de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item do estoque quando este for reconhecido.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	8.397	23.645
Aplicações financeiras (a)	32.567	49.402
	<u>40.964</u>	<u>73.047</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 94,04% em 31 de março de 2018 e 96,64% em 31 de dezembro de 2017, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	123.108	100.491
Contas a receber de partes relacionadas	105.984	120.375
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(18.120)	(17.891)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>210.972</u>	<u>202.975</u>
Não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	<u>274.601</u>	<u>268.733</u>
A vencer	434.979	428.510
Vencidos até 3 meses	20.682	12.451
Vencidos de 3 a 6 meses	2.702	4.282
Vencidos acima 6 meses	<u>45.330</u>	<u>44.356</u>
Contas a receber de clientes	<u>503.693</u>	<u>489.599</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa do histórico dos clientes, refletindo a melhor expectativa de recebimento futuro dos mesmos.

5 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
VALIA	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	-	1
MRS Logística S.A.	1.008	11.801
Vale Manganês S.A.	-	4
Ultrafértil S.A.	-	120
Vale S.A.	41.697	41.702
Vale Fertilizantes S.A.	-	23.908
Mineração Urucum S.A.	-	3
Salobo Metais S.A.	-	5
Ferrovias Norte Sul S.A.	1.629	1.626
VLI S.A.	469	469
Samarco Mireração S.A.	48	-
VLI Multimodal S.A.	61.119	40.722
	<u>105.984</u>	<u>120.375</u>
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S.A.	254.890	254.890
MRS Logística S.A.	19.711	13.843
	<u>274.601</u>	<u>268.733</u>

Passivo Circulante

Fornecedores

MRS Logística S.A.	1.621	1.357
Terminal de Vila Velha S.A- TVV	179	193
Ferrovias Norte Sul S.A.	44	33
VLI Multimodal S.A.	9.302	2.487
VLI Locações de Locomotivas Ltda	13.970	-
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.273	1.266
Vale S.A.	7.350	1.125
	33.739	6.461

Passivo não Circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital

VLI Multimodal S.A.	149.978	79.978
	149.978	79.978

Demonstrações do Resultado

Receitas

Receita bruta de serviços prestados

MRS Logística S.A.	1.978	1.405
Vale Fertilizantes S.A.	36.241	13.696
Vale S.A .	29.601	39.133
VLI Multimodal S.A.	199.792	170.965
	267.612	225.199

Receita de aluguel de locomotiva

VLI Multimodal S.A.	24.048	24.200
	24.048	24.200

Outras Receitas (despesas) Operacionais

Vale S.A.	-	2.132
Samarco Mineração S.A.	-	49
Vale Fertilizantes S.A.	-	3.592
VLI Multimodal S.A.	(3)	-
	(3)	5.773

Custos e despesas

Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões

VLI Locações de Locomotivas Ltda	(17.215)	-
Vale S.A.	(92)	-
	(17.307)	-

Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)

Vale S.A.	(26.770)	(23.002)
	(26.770)	(23.002)

Custo com direito de passagem

MRS Logística S.A.	(9.978)	(10.541)
	(9.978)	(10.541)

Custo de manutenção de vagões e locomotivas

VLI Locações de Locomotivas Ltda	(985)	-
	(985)	-

Custo dos serviços		
Vale S.A.	-	(16)
VLI Multimodal S.A.	(1.567)	-
PASA	(592)	(85)
VLI S.A.	(16)	-
	<u>(2.175)</u>	<u>(101)</u>
Previdência Complementar		
VALIA	(947)	(762)
	<u>(947)</u>	<u>(762)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Vale Fertilizantes S.A.	-	(213)
VLI Multimodal S.A.	(14.216)	(12.298)
VLI S.A.	(4.743)	(2.760)
	<u>(18.959)</u>	<u>(15.271)</u>

As análises de vencimentos do contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	345.274	356.678
Vencidos até 3 meses	13.182	7.565
Vencidos de 3 a 6 meses	1.067	3.041
Vencidos acima 6 meses	21.062	21.824
	<u>380.585</u>	<u>389.108</u>

As contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

As dívidas com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado e compartilhamento de gastos. A VLI Locações de Locomotivas Ltda, empresa ligada, passa a alugar locomotivas para FCA.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 17).

As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos de manutenção de aluguel de locomotivas e vagões, representam os valores gastos com o aluguel de locomotivas da VLI Locações de Locomotivas Ltda.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS). Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

No ano calendário de 2015 a FCA apurou lucro tributável e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou em abril de 2016 o montante de R\$ 3 milhões que deduzido do saldo nominal restam R\$ 360 milhões. Em dezembro de 2017 a Vale pagou o montante de R\$ 17 milhões. O ajuste a valor presente deste saldo corresponde a R\$ 88 milhões, logo o montante a receber da Vale é de R\$ 255 milhões.

6 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

Circulante	31/03/2018	31/12/2017
Peças e componentes de equipamentos / instalações	68.000	48.810
Combustíveis, lubrificantes e gases	4.940	4.177
Materiais de expediente e outros	5.800	14.676
Materiais elétricos / eletrônicos	504	5.741
Outros materiais	8.414	4.249
	87.658	77.653

7 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	11.271
Total tributos antecipados sobre o lucro	11.271	11.271
Circulante		
ICMS a recuperar	19.970	19.808
PIS e COFINS a compensar	16.708	17.095
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	140	9
IOF a recuperar	127	127
ISS	209	209
INSS	1.110	1.110
Outros	81	83
Total tributos a recuperar	38.345	38.441
Não circulante		
ICMS a recuperar	31.136	31.623
PIS e COFINS a compensar	3.682	208
Tributos a recuperar	4.466	4.432
ISS	76	76
Total tributos a recuperar	39.360	36.339
Total	88.976	86.051

8 - Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (e)	7	578
Despesas c/ licença de uso de softwares	914	1.567
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	25.296	4.852
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	9.178	1.761
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	7.244	10.142
Total de despesas pagas antecipadamente	44.464	20.725
Adiantamento a empregados	18.256	20.447
Adiantamento a fornecedores (d)	31.810	25.696
Outras contas	2.094	859
Total de demais ativos circulante	52.160	47.002
	96.624	67.727
Não circulante		
Sinistros a recuperar (c)	32.286	32.286
Total de sinistros a recuperar	32.286	32.286
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	13.534	13.991
Total de despesas pagas antecipadamente	13.534	13.991
Adiantamento a empregados	5.008	5.008
Adiantamento a fornecedores (d)	4.283	4.382
Total de demais ativos não circulante	9.291	9.390
	55.111	55.667
	151.735	123.394

- (a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit". Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari, Santa Luzia e Guará e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.
- (b) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente no ano foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante no montante de R\$ 1.825 (em 2017 R\$ 1.825) e não circulante no montante de R\$ 13.534 (em 2017 R\$ 13.991)
- (c) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários foram apropriados no ativo não circulante por não termos

evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.

- (d) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas, equipamentos e manutenção de vias férreas.
- (e) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro. Em 31 de março de 2018, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros foram os seguintes:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Resp. Civil do Transp. Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
Vida em Grupo	Estagiários	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

Prêmios de seguros pagos antecipadamente	31/03/2018	31/12/2017
Acidentes pessoais coletivos	7	-
Transporte Internacional Importação	-	16
Responsabilidade civil transportador ferroviário	-	562
Total	7	578

9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

	31/03/2018		31/12/2017	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas (a)	212.336	44.677	210.400	43.548
Cíveis	21.843	13.353	20.706	11.347
Tributárias	4.482	471	4.399	465
Ambientais	-	-	414	-
Previdenciária	3.734	177	3.729	176
	242.395	58.678	239.648	55.536

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2017	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/03/2018
Trabalhistas (a)	210.400	1.915	(3.667)	3.688	212.336
Cíveis	20.706	870	-	267	21.843
Tributárias	4.399	-	-	83	4.482
Ambientais	414	-	(414)	-	-
Previdenciária	3.729	-	-	5	3.734
	239.648	2.785	(4.081)	4.043	242.395

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	31/12/2017	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/03/2018
Trabalhistas (a)	43.548	7.722	(7.481)	888	44.677
Cíveis	11.347	1.812	-	194	13.353
Tributárias	465	-	-	6	471
Previdenciária	176	-	-	1	177
	55.536	9.534	(7.481)	1.089	58.678

(a) A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2018, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 44.677 (31 de dezembro de 2017 R\$ 43.548). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA. Em 31 de março de 2018 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 90.897 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 89.860) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

As naturezas dos principais processos provisionados são as mesmas das divulgadas no item, a seguir, passivos contingentes.

9.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.383.258 (31 de dezembro de 2017 - aproximadamente R\$ 2.356.760), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas (i)	1.216.272	1.267.386
Cíveis (ii)	542.291	438.095
Tributárias (iv)	596.517	585.175
Ambientais (v)	11.722	49.726
Previdenciário (iii)	16.456	16.378
	<u>2.383.258</u>	<u>2.356.760</u>

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais. Além de ações anulatórias.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

10 - Imobilizado

Imobilizado	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via Permanente	Imobilizado em curso	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	13.027	130.756	940.706	95.270	-	3.695	1.183.454
Adições	-	-	-	-	61.036	-	61.036
Baixas	-	-	(321)	-	-	-	(321)
Transferências	2.808	5.661	118	-	325.851	-	334.438
Saldo em 31 de março de 2018	15.835	136.417	940.503	95.270	386.887	3.695	1.578.607
Valor de depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(3.405)	(55.466)	(448.591)	-	-	(40)	(507.502)
Adições	(269)	(3.093)	(17.458)	(5.427)	-	(90)	(26.337)
Baixas	-	-	272	-	-	-	272
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	(3.674)	(58.559)	(465.777)	(5.427)	-	(130)	(533.567)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	9.622	75.290	492.115	95.270	-	3.655	675.952
Saldo em 31 de março de 2018	12.161	77.858	474.726	89.843	386.887	3.565	1.045.040

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 4.248 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 14.712).

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

Nos exercícios, foi evidenciado nos relatórios de resultado, lucros (prejuízos) operacionais, podendo ter a desvalorização dos ativos, assim elaboramos o teste de ("Impairment") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2056;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- O fluxo de caixa foi considerado até 2056.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

A Companhia concluiu não haver (“*impairment*”) a ser registrado em 31 de dezembro de 2017. Para 31 de março de 2018 a Companhia avaliou não haver mudança no cenário.

11 - Intangível

Intangível	Direitos de concessão e subconcessão	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em aquisição	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2018	43.168	19.607	4.423.043	471.709	4.957.527
Adições	-	-	-	57.007	57.007
Baixas	-	-	(2.841)	-	(2.841)
Transferências	-	153	122.476	(457.067)	(334.438)
Saldo em 31 de março de 2018	43.168	19.760	4.542.678	71.649	4.677.255
Valor de amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(25.265)	(12.186)	(1.663.259)	-	(1.700.710)
Adições	(516)	(646)	(75.627)	-	(76.789)
Baixas	-	-	651	-	651
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	(25.781)	(12.832)	(1.738.235)	-	(1.776.848)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	17.903	7.421	2.759.784	471.709	3.256.817
Saldo em 31 de março de 2018	17.387	6.928	2.804.443	71.649	2.900.407

As benfeitorias em bens arrendados estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização dos direitos de uso e benfeitorias em bens arrendados foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital.

12 - Fornecedores e contas a pagar

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores terceiros (a)	136.446	180.163
Fornecedores partes relacionadas	33.739	6.461
	170.185	186.624
Contas a pagar (b)	287.171	339.855
	287.171	339.855
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	130.457	167.585
Mercado externo	5.989	12.578
	136.446	180.163

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras.

Até 31 de março de 2018, as aquisições totalizavam R\$ 287.171, sendo R\$ 273.382 com prazo entre 180 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,55% a.m. e 0,88% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 27/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 13.789 com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 339.855).

13 - Tributos a recolher

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	6.690	8.696
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	4.087	5.986
PIS e COFINS	1.871	-
ISS (Imposto s/ Serviços)	2.362	2.561
Outros	406	-
	<u>15.416</u>	<u>17.243</u>

14 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Salários e encargos	21.718	20.547
Provisão para férias e 13º Salário	28.486	21.266
Benefícios trabalhistas	5.830	9.299
Participação nos resultados	11.732	40.272
	<u>67.766</u>	<u>91.384</u>

15 - Arrendamentos e concessão

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.290	2.287
Arrendamento (b)	43.507	43.449
	<u>45.797</u>	<u>45.736</u>
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	186	183
Arrendamento (d)	3.527	3.474
	<u>3.713</u>	<u>3.657</u>
(-) Créditos de pagamento a maior (e)		
Concessão	(575)	(575)
Arrendamento	(10.938)	(10.938)
	<u>(11.513)</u>	<u>(11.513)</u>
	<u>37.997</u>	<u>37.880</u>

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2018, foram pagas 79 (setenta e nove) parcelas, sendo a 79ª parcela paga no valor de R\$ 2.290.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2018, foram pagas 79 (setenta e nove) parcelas, sendo a 79ª parcela paga no valor de R\$ 43.508.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2018, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 557.

(d) Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2018, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 10.582.

(e) Créditos de pagamentos a maior

Trata-se de créditos apurados e reconhecidos pela AGU, em ação movida contra a União Federal (RFFSA) objetivando a revisão do cálculo de correção dos montantes devidos à ré referentes às parcelas de arrendamento e concessão, ao qual foi proferida sentença em favor da FCA.

16 - Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Antecipações de clientes (e)	46.033	46.947
Total de antecipações de clientes	<u>46.033</u>	<u>46.947</u>
Passagem de fibra ótica (c)	317	317
Utilização sistema logístico integrado (d)	1.250	1.250
Aluguel de locomotivas e vagões	72.143	-
Garantia de capacidade	82.946	-
Total de receitas diferidas	<u>156.656</u>	<u>1.567</u>
Seguro responsabilidade civil (a)	405	101
Seguro risco operacional (a)	3.275	671
Seguro RCTFC (a)	825	-
Seguro frota (a)	179	-
Seguro PTL (a)	4	150
Seguro importação (a)	12	-
Provisão para franquia de seguro (b)	12.000	12.000
Garantias contratuais	1.796	1.796
Total de demais passivos	<u>18.496</u>	<u>14.718</u>
	<u>221.185</u>	<u>63.232</u>
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (c)	2.300	2.378
Utilização sistema logístico integrado (d)	20.936	21.250
Total de receitas diferidas	<u>23.236</u>	<u>23.628</u>
	<u>244.421</u>	<u>86.860</u>

- a) prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional, de transportes de carga ferroviária e frota.
- b) franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.
- c) receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- d) receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- e) Antecipações de clientes para aquisições de materiais para remodelagem de pêsca ferroviária.

17 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de março de 2018 - R\$ 149.978 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 79.978).

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, no período findo em 31 de março de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro 2017, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.558.859 representado por 100.293.641 ações ordinárias e 19 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ferrovia Centro Atlântica S.A. Acionista	Capital Social R\$	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.	Participação %
VLI Multimodal S.A.	4.558.858.006,65	110.293.621	19	110.293.640	99,99998%
Outros	535,28	20	-	20	0,00002%
Totais	4.558.858.541,93	110.293.641	19	110.293.660	100,00000%

b) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

	31/03/2018
Cálculo da média ponderada	
(110.293.660 x 3/3)	110.293.660
Lucro do período	(64.210)
Ações em 31 de março	110.293.660
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	(0,58)

	<u>31/03/2017</u>
Cálculo da média ponderada	
(367.645.500.591.737 x 3/3)	367.645.500.591.737
Lucro do período	(21.018)
Ações em 31 de março	367.645.500.591.737
Lucro líquido básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,06)

19 - Receita líquida de serviços prestados

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	475.976	456.067
Receita de utilização de pátios	648	816
Receita de estadia de vagões	-	256
Receita de aluguel de locomotivas	24.048	24.200
Receita de partilha de frete	23.571	22.842
	<u>524.243</u>	<u>504.181</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(26.404)	(26.895)
PIS	(6.059)	(7.142)
COFINS	(27.911)	(32.898)
INSS Desoneração	(7.579)	(7.561)
	<u>(67.953)</u>	<u>(74.496)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>456.290</u>	<u>429.685</u>

20 - Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados estão assim representados:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal	(95.311)	(93.325)
Material	(24.054)	(27.403)
Combustíveis	(99.880)	(78.694)
Serviços contratados	(30.143)	(25.707)
Partilha de frete	(48.843)	(46.571)
Arrendamento e Concessão	(52.456)	(53.127)
Depreciação	(101.499)	(81.774)
Tributos e taxas	(593)	(256)
Alugueis	(49.264)	(33.330)
Seguros	(4.360)	(4.863)
Utilities	(2.599)	(3.957)
Viagens	(3.361)	(3.635)
Outros	(1.357)	(555)
Indenização por recomposição patrimonial	6.349	-
	<u>(507.371)</u>	<u>(453.197)</u>

21 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal	-	(16)
	<u>-</u>	<u>(16)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal	(166)	(451)
Material	(2)	(8)
Combustíveis	(3)	-
Serviços contratados	(32)	(209)
Compart. de despesas	(18.958)	(15.057)
Depreciação	(732)	(654)
Tributos e taxas	(282)	(280)
Alugueis	(5)	(14)
Utilities	(3)	(9)
Viagens	(27)	(55)
Outros	(3)	-
	<u>(20.213)</u>	<u>(16.737)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas	1.270	1.267
Bônus/multas contratuais	3.506	21.232
Venda de materiais	3.299	7.507
Venda de ativos	683	595
Trem turístico	929	817
Exploração da faixa de domínio	1.838	1.529
Indenizações de clientes	443	333
Alugueis	229	199
Outros	6	963
	<u>12.203</u>	<u>34.442</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(3.382)	(3.333)
Baixa de ativos	(74)	(3.667)
Custo com venda de materiais	(83)	(269)
Perda de recebíveis	-	(354)
Outros gastos c/ pessoal	(662)	(525)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.197)	(354)
Multas contratuais	(3.751)	-
Trem turístico	(534)	(298)
Trem turístico-depreciação	(895)	(1.038)
Outras operacionais	(71)	(450)
Processos judiciais	(19.872)	(17.362)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(229)	487
Provisão para processos judiciais	(3.142)	4.887
	<u>(34.892)</u>	<u>(22.276)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(22.689)</u>	<u>12.166</u>

22 - Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	621	253
Juros, taxa e multas de mora	45	423
Outras receitas financeiras	27	-
	<u>693</u>	<u>676</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(10)	-
Despesas com seguro garantia	(801)	(865)
Encargos por atraso	(209)	(25)
Despesas com pis/cofins sobre receitas financeiras	(157)	(309)
Despesas com leasing	-	(1.664)
Despesas com comissão de fiança	(1.290)	(1.059)
Juros, taxas e multas	(105)	(3.475)
Ajuste a valor presente	(6.184)	(507)
Outras despesas financeiras	(701)	-
	<u>(9.457)</u>	<u>(7.904)</u>
Receitas com variação monetária e cambial	<u>5.517</u>	<u>5.741</u>
	<u>5.517</u>	<u>5.741</u>
Resultado financeiro	<u>(3.247)</u>	<u>(1.487)</u>

23 - Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Impostos diferidos - Ativo

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Provisão para devedores duvidosos	287	230
Provisão para processos judiciais	14.670	13.884
Outras provisões	9.997	13.257
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	26.844	26.844
Prejuízo fiscal	129.112	102.830
	<u>180.910</u>	<u>157.045</u>

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	104	83
Provisão para processos judiciais	5.281	4.998
Outras provisões	3.599	4.773
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	9.664	9.664
Base negativa	<u>48.863</u>	<u>39.401</u>
	<u>67.511</u>	<u>58.919</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>248.421</u>	<u>215.964</u>
Prejuízo fiscal para imposto de renda	516.449	411.318
Base negativa da contribuição social	542.925	437.794

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

<u>ANO</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	17.046	14.819
2020	33.019	28.705
2023 em diante	<u>198.356</u>	<u>172.440</u>
	<u>248.421</u>	<u>215.964</u>

O total dos débitos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Impostos diferidos - Passivo

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Leasing	<u>(16.317)</u>	<u>(16.730)</u>
	<u>(16.317)</u>	<u>(16.730)</u>
Contribuição social		
Leasing	<u>(5.872)</u>	<u>(6.022)</u>
	<u>(5.782)</u>	<u>(6.022)</u>
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>(22.189)</u>	<u>(22.752)</u>

A expectativa de realização dos débitos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

<u>ANO</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	(1.990)	(2.040)
2019	(1.990)	(2.040)
2020	(1.990)	(2.040)
2021	(1.990)	(2.040)
2022	(1.990)	(2.040)
2023 em diante	<u>(12.239)</u>	<u>(12.552)</u>
	<u>(22.189)</u>	<u>(22.752)</u>

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total da expectativa de realização dos Créditos	248.421	215.964
Total da expectativa de realização dos Débitos	<u>(22.189)</u>	<u>(22.752)</u>
Tributos diferidos sobre o lucro	<u>226.232</u>	<u>193.212</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2017</u>
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(97.230)	(97.230)	(29.586)	(29.586)
<u>Adições (exclusões) permanentes:</u>				
Multas não dedutíveis	-	-	324	324
Despesas não dedutíveis	39	39	366	366
Outras	74	74	29	29
<u>Adições (exclusões) temporárias:</u>				
Reversão da provisão para processos judiciais	3.142	3.142	(4.888)	(4.888)
Reversão da provisão de participação nos resultados	(28.540)	(28.540)	9.881	9.881
Reversão de outras provisões	17.155	17.155	9.723	9.723
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	229	229	(487)	(487)
Base de cálculo	<u>(105.131)</u>	<u>(105.131)</u>	<u>(14.638)</u>	<u>(14.638)</u>
Base de cálculo e base negativa do período	105.131	105.131	14.638	14.638
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Lucro real após prejuízo fiscal	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	-	-	-	-
PAT	-	-	-	-
Despesas do ano corrente	-	-	-	-
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	24.279	8.741	6.300	2.268
Total da despesa de impostos das atividades	<u>24.279</u>	<u>8.741</u>	<u>6.300</u>	<u>2.268</u>
Alíquota efetiva total	<u>(24,97%)</u>	<u>(8,99%)</u>	<u>(21,29%)</u>	<u>(7,67%)</u>

24 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.

- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

25 - Benefícios a empregados

25.1- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivo de longo prazo das empresas do Grupo VLI tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2018, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período.

A implementação deste programa não obriga a FCA a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs (Unidades de Valor Virtual). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios da FCA. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de março de 2018 totalizaram o valor de R\$ 3.601 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 3.591).

25.2 - Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das

contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no período findo em 31 de março de 2018 totalizaram R\$ 942 (31 de março de 2017 - R\$ 842).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

a) Premissas atuariais e econômicas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo(ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(27.744)	(27.119)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.398)	(1.373)
3. Resultado obrigação do benefício definido	(8.218)	(8.073)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(3.243)	(3.186)
5. Contribuição de participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(40.603)</u>	<u>(39.751)</u>

Principais premissas atuariais

Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	9,75%	9,75%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,26%	6,26%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,18%	4,18%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,18%	4,18%

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	9,01%	9,01%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	5,13%	5,13%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,07%	3,07%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,07%	3,07%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	19,5457
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,4925	41,4925

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

26 - Instrumentos Financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos arrendamentos e concessão a pagar (Nota 15), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de março de 2018.

31/03/2018				
Indexador	Taxas do final do período(i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,57%	5,91%	5,26%	4,27%

(i) A taxa em 31/03/2018.

31/03/2018				
	31/03/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	621	559	497	404

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	40.964	73.047
Contas a receber de terceiros (ii)	104.988	82.600
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	380.585	389.108
Contas a receber da RFFSA (União) (ii)	90.897	89.860
Outros ativos financeiros (ii)	-	483
	617.434	635.098

(ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises

critérios do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 18.120 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 17.891).

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

1. Classificação de Risco para Aplicações em Reais	2. Limite Máximo de Alocação do Caixa por Instituição Financeira	3. Limite Máximo de Alocação do Caixa por valor de Patrimônio Líquido da Instituição Financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
-

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 8 (c)).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Ativo	Valor Contábil		Valor Justo		Hierarquia
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	40.964	73.047	40.964	73.047	Nível 2
Contas a receber de terceiros	104.988	82.600	104.988	82.600	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	380.585	389.108	380.585	389.108	Nível 2
Contas a receber da RFFSA (União)	90.897	89.860	90.897	89.860	Nível 2
Outros ativos financeiros	-	483	-	483	Nível 2
	617.434	635.098	617.434	635.098	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	136.446	180.163	136.446	180.163	Nível 2
Contas a pagar	287.171	339.855	287.171	339.855	Nível 2
Fornecedores partes relacionadas	33.739	6.461	33.739	6.461	Nível 2
Arrendamentos e concessão	37.997	37.880	37.997	37.880	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	149.978	79.978	149.978	79.978	Nível 2
	645.331	644.337	645.331	644.337	

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total passivo	1.057.402	921.703
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.964)	(73.047)
	<u>1.016.438</u>	<u>848.656</u>
Patrimônio líquido	4.324.664	4.388.874
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	149.978	79.978
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>4.474.642</u>	<u>4.468.852</u>
	<u>22,72%</u>	<u>18,99%</u>

27 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações financeiras intermediárias correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista Ferroban</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de março de 2018	79	70
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.290	557 (*)
Arrendamento	43.508	10.582 (*)
(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)		

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações.

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

Resolução nº 4131/13 - Reinvestimentos /obras a executar	<u>Malha Centro Leste</u>
Saldo Inicial - março de 2012	933.521
Saldo Atualizado - março de 2018	1.341.440
Índice de atualização	IPCA
Prazo final para conclusão	ago/26

28 - Outras informações

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por meio da Resolução nº 5.402, de 09 de agosto de 2017, publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se deu compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

29 - Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias e do Relatório dos Auditores Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da FCA relativas ao período findo em 31 de março de 2018, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da FCA referentes ao período findo em 31 de março de 2018.